

## **UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS NA REDE PÚBLICA E PRIVADA**

NATÁLIA CORRÊA

Curso de Pedagogia – Faculdade de Educação

NEIDE BARBOSA SAISI

Depto. de Ciências Humanas – Faculdade de Educação

**RESUMO:** ESTA PESQUISA TRATA-SE DE UM ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS, CUJO OBJETIVO É ANALISAR O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI À LUZ DA PSICOLOGIA INTERACIONISTA. ESTE TRABALHO BASEOU-SE EM UMA PESQUISA DE CAMPO DE CARÁTER EXPLORATÓRIO, REALIZADA EM UMA ESCOLA PRIVADA E OUTRA PÚBLICA DA CIDADE DE SÃO PAULO. OS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS FORAM: OBSERVAÇÃO, ENTREVISTAS E ANÁLISE DE DOCUMENTOS. O RESULTADO DESTA PESQUISA MOSTRA QUE SOMENTE A ESCOLA PRIVADA FOI CAPAZ DE ADEQUAR-SE A LEI SEM DESRESPEITAR A SINGULARIDADE DESTA FAIXA ETÁRIA. QUANTO À ESCOLA PÚBLICA, HOVE O CUMPRIMENTO DA LEI EM DETRIMENTO DA QUALIDADE.

Palavras-chave: Ensino Fundamental de nove anos, Criança de seis anos, Escola Pública e Privada

### Introdução

A partir de 2005 as definições legais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDBEN), em relação ao Ensino Fundamental sofreram alterações com novas Leis e Decretos, como a Lei Federal nº 11.114/05, que determinou a matrícula obrigatória da criança de seis anos no Ensino Fundamental, e a Lei Federal nº 11.274/06 que ampliou o Ensino Fundamental para nove anos. Anteriormente definia-se como Educação Fundamental e obrigatória aquela que totalizava oito anos de escolarização, com início a partir dos sete anos de idade, sendo facultativa a matrícula para as crianças de seis anos. Atualmente, com a mudança na LDBEN/96, os anos de escolarização do Ensino Fundamental passaram a totalizar nove anos, com início a partir dos seis anos de idade, ou a completar até março, segundo orientações legais e normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Deste modo, a Educação Infantil passou a atender crianças de zero a cinco anos, e o Ensino Fundamental passou a atender crianças de seis a quatorze anos.

No entanto, segundo a Secretaria de Educação Básica (SEB) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC), ainda esta sendo pensada e elaborada uma matriz curricular para atender esta nova realidade, uma vez que não devem ser trabalhados, neste primeiro ano, nem os conteúdos da antiga pré-escola, nem os conteúdos da antiga primeira série. O objetivo é a alfabetização e o letramento, diferindo na questão metodológica, ou seja, não como algo para ser cumprido em 200 dias letivos, mas, sim, para ser construído ao longo dos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Devemos ainda, levar em consideração que a criança, quando inicia sua vida escolar obrigatória já é um ser ativo. Segundo pesquisadores sócio-construtivistas ou interacionistas como: Piaget, Vygotsky e Wallon ela se desenvolve cognitivamente em contato com o meio externo, através da experimentação do mundo, pelo movimento no espaço, pela manipulação de objetos, e pelo contato com o outro, num processo de construção inesgotável, ou seja, ela aprende ao agir sobre o meio físico e social.

Sendo assim, em vista das exigências curriculares referentes ao primeiro ano do Ensino Fundamental e das características da criança de seis anos que agora pertence a esta etapa da Educação, faz-se necessário um estudo da implantação do Ensino Fundamental de nove anos na rede Pública e Privada, focando a qualidade das ações desenvolvidas pelas Escolas para receber a criança de seis anos.

Portanto, esta pesquisa procura responder a seguinte indagação: as ações praticadas pelas Unidades Escolares quando visam implementar a Lei são coerentes com as características da criança de seis anos?

Desta forma, o objetivo mais amplo deste trabalho é identificar e analisar criticamente o processo de implementação do Ensino Fundamental de nove anos em duas escolas da cidade de São Paulo: uma pública e outra privada, à luz das teorias de Piaget (1980), Vygotsky (1989, 1994 e apud OLIVEIRA, 2005) e Wallon (apud GALVÃO, 1998).

## 1. Desenvolvimento

O presente trabalho fundamentou-se nas teorias de três autores da Psicologia interacionista, Piaget (1980), Vygotsky (1989, 1994 e apud OLIVEIRA, 2005) e Wallon (apud GALVÃO, 1998). Através dessas teorias foi possível elaborar a caracterização da criança de seis anos, permitindo assim, a construção de princípios norteadores que iluminaram o nosso olhar nas observações das Escolas e das classes de primeiro ano.

O princípios que nortearam esta pesquisa foram:

2. Movimentação da criança no espaço;
3. Ação da criança sobre o meio social e físico;
4. Linguagem: se as crianças têm liberdade para falar, perguntar, responder e expressar-se entre elas e com o adulto;
5. O lúdico: se a criança brinca livremente e de modo diretivo, com jogos simbólicos, brincadeiras de faz-de-conta e outras;
6. Socialização: se há momentos de troca livre entre as crianças;
7. Pedagógico: se as atividades despertam o interesse na criança em participar, articulando-se com as fantasias da criança;
8. Atividades expressivas, como o desenho, a pintura, recorte, colagem, escultura, teatro, dança, música, enfim, diferentes linguagens que favoreçam a apreensão de conceitos de modo ativo;
9. Se a professora faz uso dos níveis de conhecimento real e potencial da criança;
10. Se a professora trabalha com as experiências emocionais das crianças, ajudando-as a construir vínculos afetivos.

## 1.1 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de campo de caráter exploratório, porque não tem pretensão de generalizar, mas de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito e construir hipóteses. (GIL, 2010, p. 27). Tal pesquisa foi realizada em duas Escolas da cidade de São Paulo, uma da rede privada e outra da rede pública.

A fundamentação teórica deste trabalho foi construída através da leitura, síntese e fichamento das obras de Piaget (1980), Vygotsky (1989, 1994 e apud OLIVEIRA, 2005) e Wallon (apud GALVÃO, 1998), a partir deste estudo foi possível elaborar uma teoria que caracterizasse a criança de seis anos.

Desta forma, a observação das Escolas e das classes de primeiro ano foi iluminada pela teoria construída na primeira parte da pesquisa. Além da observação, outros instrumentos foram utilizados para a coleta de dados entre eles: análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) das Escolas; entrevistas com professores, coordenadores e diretores.

A organização e o registro dos dados coletados foram feitos primeiramente através da caracterização das escolas no que diz respeito à comunidade, pais, corpo docente e funcionários, projetos e espaço físico. Em seguida, através da descrição das observações da rotina do primeiro ano, da cultura organizacional da Escola e das ações do professor.

Por fim, este material foi analisado crítica e qualitativamente à luz das teorias estudadas e apresentadas na presente pesquisa.

## 1.2 Resultados

A análise das observações mostram que em vista das características da criança de seis anos e das exigências curriculares feitas a este primeiro ano, somente a Escola Privada foi capaz de adequar-se a lei sem desrespeitar a singularidade desta faixa etária.

Os fatores descritos abaixo ilustram como ocorreu a mudança nesta Unidade Escolar:

1. a criança de seis anos permaneceu no mesmo local destinado à Educação Infantil;
2. as professoras responsáveis pelo primeiro ano tinham larga experiência com crianças de seis anos;
3. o conteúdo era abordado através de diferentes linguagens;
4. o brincar dirigido e livre era atividade integrante na rotina;
5. a movimentação e ação da criança sobre o meio era incentivada;
6. havia um ambiente permissivo para expressão oral das crianças e troca contínua entre elas e o professor;
7. o conteúdo era trabalhado de forma interdisciplinar, respeitando os níveis de conhecimento dos alunos;
8. havia intervenções nos conflitos para que as emoções se desenvolvessem em afetividade.

Quanto a Escola Pública houve o cumprimento da Lei em detrimento da qualidade, pois, estas crianças ao serem recebidas no primeiro ano do Ensino Fundamental mudam de prédio e o mobiliário é inadequado, os professores destinados a este novo ano não têm a experiência

necessária para trabalharem com esta faixa etária, há pouca variabilidade de linguagens para abordar os conteúdos exigidos, o conhecimento é desenvolvido em conteúdos compartimentalizados, o brincar é reservado ao recreio e às aulas específicas, a movimentação e ação da criança sobre o meio não é incentivada, não há um trabalho com as experiências emocionais das crianças e os educadores não consideram os níveis de conhecimento dos alunos.

Portanto, a implementação do Ensino Fundamental de nove anos na Escola Privada, ocorreu de forma gradativa levando em consideração as características da criança de seis anos, diferentemente da Escola Pública, em que esta implementação ocorreu de forma brusca.

## 2. Considerações Finais

Com a realização desta pesquisa apreendemos vários aspectos da realidade educacional brasileira, embora ela seja de caráter exploratório, sem vigor metodológico suficientemente abrangente para a generalização dos dados. Todavia, ela confirma o senso comum que aponta para baixa qualidade da Escola Pública em relação à Privada.

Compreendemos que há uma discrepância muito grande entre uma e outra no que diz respeito a realidade do Ensino Fundamental de nove anos. Na Escola Pública a implementação da lei ocorreu de forma brusca, havendo o cumprimento da Lei em detrimento da qualidade. Neste sentido, o Estado ao exigir legalmente a mudança e não oferecer os recursos necessários tende a aumentar cada vez mais a distância entre a qualidade do ensino público e a qualidade do ensino privado.

Por outro lado, a implementação do Ensino Fundamental de nove anos, na Escola Privada ocorreu de forma gradativa, levando em consideração a criança de seis anos e as características da faixa etária que agora pertence ao primeiro desta etapa da Educação.

Um outro aspecto apreendido refere-se à necessidade de pesquisas como estas serem replicadas com uma amostragem representativa, de modo a se tirar dados suficientemente abrangentes, com o objetivo de subsidiar mudanças nas Políticas Públicas estabelecidas pelo governo em relação ao tema estudado.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Básica. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações gerais**. Brasília: MEC/SEB, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Básica. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade.** 4ª ed. Brasília: MEC/SEB, 2007.

GALVÃO, Izabel. **Henry Wallon: Uma Concepção Dialética do Desenvolvimento Infantil.** Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª Ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky - Aprendizado e Desenvolvimento: um processo sócio histórico.** São Paulo, Scipione, 2005.

PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia.** Tradução: Maria Alice Magalhães de Amorim. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1980.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A Formação Social da Mente.** Tradução: José Cipolla Neto, Luiz S. M. Barreto, Solange C. Afeche. 5ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e Linguagem.** Tradução: Jefferson Luiz Camargo. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1989.